



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Problemas de ruído

O regime jurídico da Prevenção e controlo do ruído ambiental (adiante designado por Lei do ruído) entrou em vigor em 2015, controlando os sete tipos de ruído que afectam a vida quotidiana da população: 1) obras de modificação, conservação e reparação em edifícios habitacionais; 2) equipamentos utilizados em obras e trabalhos de construção civil; 3) equipamentos de climatização e ventilação de ar; 4) actividades da vida quotidiana e animais de estimação em edifícios habitacionais; 5) espectáculos, divertimentos e actividades similares; 6) quaisquer actividades em edifícios ou fracções autónomas destinados a indústria, comércio ou serviços; e 7) actividades em espaços públicos. Esta lei foi revista em 2019, optimizando o processo de apreciação e autorização das situações excepcionais de execução de obras e clarificando as disposições sobre a realização de actividades de interesse público nos espaços públicos, com vista a reforçar a operacionalidade da lei e a corresponder à real situação da sociedade.

De acordo com as estatísticas do Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2020¹, o número de reclamações sobre o ruído aumentou nos últimos dez anos, e as reclamações apresentadas aos diversos serviços públicos em 2020 aumentaram mais de 40%, em comparação com o período homólogo do ano de 2019, especialmente durante esta situação de epidemia, pois como os cidadãos reduziram as saídas e passaram mais tempo em casa, os vários tipos de ruído ambiental tiveram uma

¹ Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental "Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2020".



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

influência mais forte sobre a população de Macau. Neste contexto, é notório que a Lei do ruído ainda necessita de ser aperfeiçoada, com vista à sua melhoria contínua e à construção de um ambiente tranquilo e propício para as gentes de Macau.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Recentemente, alguns moradores da zona de Mong Há referiram que, após a entrada em funcionamento do Terminal de autocarros de Mong Há, as instalações de extracção de ar produzem muito barulho, especialmente durante a noite e de madrugada, afectando gravemente o seu descanso. No entanto, o ruído de baixa frequência não está na alçada da vigente Lei do ruído, por isso, o Governo deve ponderar criar normas para a respectiva fiscalização. Vai fazê-lo?
2. O ruído de baixa frequência é normalmente proveniente dos elevadores, dos transformadores, dos sistemas centrais de ar condicionado, dos equipamentos de trânsito ou das máquinas, e muitos deles são utilizados nos edifícios e respectivos equipamentos, podendo perturbar a vida quotidiana dos residentes. O Governo deve definir normas e instruções para a concepção e aplicação de equipamentos electromecânicos nos edifícios, com vista a reduzir o ruído de baixa frequência e o impacto resultante deste para a vida dos residentes. Vai fazê-lo?
3. De acordo com a Lei do ruído², nos casos excepcionais de limitações por factores geológicos, em que apenas possam ser utilizadas técnicas especiais de execução contínua de obras, o período de execução de obras não pode ultrapassar oito horas por dia, prevendo-se ainda que, aquando da apresentação do pedido de

² Lei n.º 9/2019 - Alteração à Lei n.º 8/2014 (Prevenção e controlo do ruído ambiental), artigo 5.º.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

autorização, o projecto de execução submetido deve incluir o tempo detalhado da execução das obras. No entanto, como os procedimentos administrativos para o tratamento dos pedidos demoram muito tempo, é difícil para o requerente prever, com exactidão, a duração concreta das obras, o que pode atrasar os procedimentos das obras seguintes ou mesmo de toda a obra. Por exemplo, as obras de derramamento de concreto em grande quantidade, as obras executadas de forma contínua e através do uso de perfuradora, as obras de revestimento dos túneis, etc. são obras que possivelmente ultrapassam o prazo definido. Assim sendo, com vista a facilitar a execução das obras públicas, a apressar o andamento das obras e a reduzir o impacto para os moradores, o Governo deve, em relação aos pedidos de obras contínuas que apenas podem utilizar técnicas especiais e que envolvem grande interesse público, ponderar simplificar os procedimentos administrativos para a emissão dos respectivos despachos. Vai fazê-lo?

31 de Janeiro de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Leong Hong Sai